

**Pedido de Esclarecimentos nº 001.
Concorrência Pública SEMINF nº
012/2023. Via Email.**

Trata-se de pedido de esclarecimentos enviado no dia 16 de maio de 2023 às 11:25 h, via e-mail, cujo objeto é **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTÍNUA DE RECOMPOSIÇÃO DE PARALELOS E INTERTRAVADOS DANIFICADOS NA CIDADE DE MACAÉ-RJ, ABRANGENDO TODO O PERÍMETRO URBANO, REGIÃO SERRANA E DISTRITOS, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MATERIAS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.”**

1. Do Pedido de Esclarecimentos

Solicita esclarecimentos quanto aos seguintes tópicos:

" [...]

1- Os custos apresentados na Planilha Orçamentária constante do edital de licitação referem-se ao Mês de FEVEREIRO/2023, Base Emop, Rio de Janeiro, DESONERADA. Caso a empresa licitante não tenha optado pelo o regime de contribuição previdenciária patronal com desoneração da folha de pagamento, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 13.161/2015, a mesma poderá apresentar nas suas composições de custos os preços unitários da mão de obra onerada, mantendo-se como limitadores os Preços unitários dos serviços do orçamento oficial? Caso negativo, favor esclarecer.

2- Sendo positiva a resposta anterior do questionamento 1) e atendendo ao disposto na Lei nº 13.161/2015 acima mencionada, entendemos que podemos apresentar nosso custos onerados e consequentemente a composição do BDI (Anexo XIV) a ser apresentada poderá ser divergente da constante no edital de licitação, mantendo-se o percentual indicado como limitador de 25,43% e adotando-se os percentuais limitadores (mínimos ou máximos) do Acórdão 2622/2013 do TCU. Está correto nosso entendimento? Ou qual o BDI adotariamos para as composições com mão de obra onerada?

3- Sendo positiva a resposta anterior do questionamento 1), entendemos que podemos alterar os códigos Emop desonerados para Onerados na planilha, ou seja trocar as letras ao final dos códigos A e B por 0 ou 1, afim de demonstrarmos que o Regime adotado é Onerado. Está correto nosso entendimento?

4- Será necessária apresentação das composições de preços unitários junto com a proposta?

5- Com relação ao item 9.9, no que diz respeito aos reconhecimentos de firmas nas declarações a serem apresentadas, entendemos que não será motivo de inabilitação dos licitantes que apresetarem nas sua documentação, o documento de identidade do representante legal que assinou as declarações não sendo necessário a sua presença na sessão de entrega dos envelopes para comprovar a veracidade das assinaturas. Nosso entendimento está correto:

6- Com relação ao item 14.2 no que diz respeito a comprovação da capacidade técnica operacional (atestado em nome da licitante). Entendemos que não é motivo de inabilitação das empresas que apresentarem atestados sem CAT (certidão de acervo técnico) emitido pelo CREA. Nosso entendimento está correto?
[...]"

2. Da Resposta ao Pedido de Esclarecimentos

Conforme segue abaixo:

Resposta item 01.

As licitantes devem seguir as orientações contidas no Edital, as empresas poderão optar pela utilização do sistema onerado, desde que não alterem as informações contidas no Edital.

Resposta item 02.

Conforme indicado acima, as empresas podem optar pela utilização do regime onerado, sendo assim todos os anexos deverão obedecer aos limites permitidos para tal sistema através do Acórdão 2622/2013 do TCU.

Resposta item 03.

Caso opte, pelo regime Onerado todo os anexos referentes ao orçamento da presente licitação deverão ser adequados para tal regime, obedecendo a data base indicada no Edital.

Resposta item 04.

Não será necessária apresentação das composições de preços unitários.

Resposta item 05.

Sim. Conforme previsto no Edital, será aceito assinaturas sem o devido reconhecimento de firma desde que seja apresentada a identidade de quem assinou as declarações, para comprovação da veracidade.

Resposta Item 06

Sim, o entendimento está correto, para comprovação operacional não é necessária a apresentação de Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA. Importante ressaltar que conforme item 14.4 os atestados ou certidão recebidos estão sujeitos à verificação da Comissão de Licitação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 155, 169, 170 e 337-F da Lei nº 14.133/2021.

Desta forma esperamos ter esclarecido seu pedido.

Atenciosamente,

Macaé, 26 de maio de 2023.

Leandro Silva Gonçalves
Presidente da Comissão Especial
Secretaria Municipal de Infraestrutura